



Portal de Periódicos da UNEB

www.revistas.uneb.br



AGROECOLOGIA

DCHT - XVI
Departamento de Ciências
Humanas e Tecnologias - Irecê



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA



SEGURANÇA ALIMENTAR E CAMPE SINATO: A EXPERIÊNCIA DO GRUPO FRATERNIDADE AGROECOLÓGICA NO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL/BA

Zoraia Nunes da Gama Santos
Juliany Mendes Mota
Maria Dorath Bento Sodré
Ivania Batista de Oliveira

RESUMO

O objetivo deste trabalho é identificar como a agricultura familiar camponesa de base agroecológica contribui para a segurança alimentar e nutricional de produtores e consumidores, numa perspectiva de soberania alimentar. Para isso, faz um estudo sobre a experiência do Grupo Fraternidade Agroecológica II, vinculado à Associação de Produtores e Feirantes de base agroecológica do município de São Gabriel, estado da Bahia, certificados por Organismo Participativo da Conformidade Orgânica (OPAC) Associação Povos da Mata de Certificação Participativa/Rede de Agroecologia Povos da Mata, representada no Território de Irecê pelo Núcleo Raízes do Sertão. A pesquisa foi realizada a partir da observação participante durante atividades realizadas nas unidades familiares dos membros do grupo, utilizando técnicas como CAC e instrumentos a exemplo do diário de pesquisa em campo, como modo de afirmação e apropriação dos processos em curso pela pesquisadora, membra do grupo, e demais sujeitos envolvidos. Os resultados obtidos evidenciam a importância da agricultura familiar camponesa quanto à preservação dos recursos naturais, recuperação do solo, base essencial para a produção de alimentos com alto poder nutritivo, variedade de alimentos, resgate de hábitos alimentares culturais, resgate e preservação das sementes crioulas, promovendo dessa forma, a segurança alimentar e nutricional das famílias diretamente ligadas à produção, bem como dos seus consumidores através da comercialização em rede.

Palavras-chave: Agricultura familiar camponesa. Agroecologia. Certificação orgânica. Segurança alimentar e nutricional.

ABSTRACT

The objective of this work is to identify how agroecological-based peasant family farming contributes to the food and nutritional security of producers and consumers, from a food sovereignty perspective. To this end, it carries out a study on the experience of the Agroecological Fraternity II Group, linked to the Association of Agroecological Producers and Marketers in the municipality of São Gabriel, state of Bahia, certified by the Participatory Organization for Organic Conformity (OPAC) Associação Povos da Mata de Participatory Certification/Povos da Mata Agroecology Network, represented in the Territory of Irecê by Núcleo Raízes do Sertão. The research was carried out based on participant observation during activities carried out in the family units of the group members, using techniques such as CAC and instruments such as the field research diary, as a way of affirming and appropriating the processes underway by the researcher, a member of the group, and other subjects involved. The results obtained highlight the importance of peasant family farming in terms of preserving natural resources, soil recovery, an essential basis for the production of foods with high nutritional power, variety of foods, rescue of cultural eating habits, rescue and preservation of creole seeds, thus promoting the food and nutritional security of families directly linked to production, as well as their consumers through network marketing.

Keywords: Peasant family farming. Agroecology. Organic certification. Food and nutrition security.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar camponesa de base agroecológica demonstra sua importância estratégica para o país quando elencada a partir da perspectiva de afirmação da soberania alimentar, tendo como elemento imediato a segurança nutricional das famílias do campo, bem como a oferta de produtos saudáveis, livres de agrotóxicos, insumos químicos e Organismos Geneticamente Modificados (OGM), tipificados como transgênicos, através da comercialização direta em circuitos curtos e em rede, bem como ao atender distribuidores qualificados dos grandes centros de consumo.

A Lei nº. 11.326, de 24 de julho de 2006, pertinente à agricultura familiar considera:

[...] agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: i) não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; ii) utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; iii) tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011); iv) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. São considerados agricultores familiares os pequenos produtores rurais, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores (Embrapa, 2023).

O Censo Agropecuário de 2017 aponta que 77% dos estabelecimentos rurais no Brasil são de agricultores familiares, mas que ocupam apenas 23% da área agrícola, o que corresponde a 23% da produção agropecuária, em grande parte de alimentos da cesta básica que chega à mesa dos brasileiros, desempenhando, portanto, papel relevante na economia do país. Em termos de estado da Bahia, o número de estabelecimentos da agricultura familiar é de 593.411, o que corresponde a 77,79% do total; no território de Irecê 28.783, o que equivale a 73% (IBGE, 2017).

Nos últimos anos, a Bahia vem se destacando quanto à produção de base agroecológica, com significativo incremento na produção de alimentos orgânicos validados através de certificação participativa por meio de Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC). Neste sentido, tais grupos de produtores

identificam a certificação dos seus produtos como ações que contribuem para a afirmação da política pública de segurança alimentar e nutricional, conforme a Lei nº. 11.346/15.09.2006 (BRASIL, 2009), em seus territórios de origem.

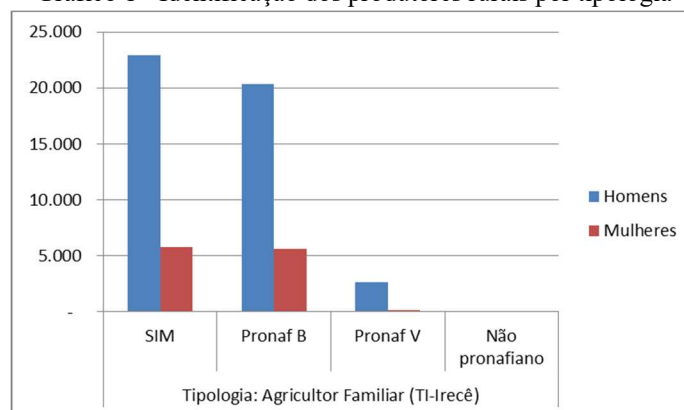
Ao pesquisarem a base de dados do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) acerca da certificação orgânica no estado da Bahia, Santos e Carvalho (2017) identificaram que no período de 2015 a 2016 o número de produtores vinculados à OPAC Povos da Mata, notadamente no Território de Identidade Litoral Sul, era de 230. Dados atualizados do MAPA apontam que o número de agricultores certificados no ano de 2023 atingiu a casa de 1.115, distribuídos em diversos territórios, com destaque para o Território de Identidade Irecê (BRASIL, 2024).

Quadro 1 – Identificação dos produtores rurais por tipologia

LOCALIZAÇÃO	Sexo do produtor	Agricultor Familiar			
		SIM	Pronaf B	Pronaf V	Não pronafiano
Território de Identidade Irecê	Homens	22.945	20.312	2.605	28
	Mulheres	5.778	5.613	164	1

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2017, adaptado pela autora.

Gráfico 1 - Identificação dos produtores rurais por tipologia



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2017, adaptado pela autora.

Em seu estudo, Damásio (2016, p. 9), observa que o Território de Identidade Irecê (TII) é caracterizado por sua divisão sócio produtiva no meio rural dada a forte presença de grande número de famílias de pequenos agricultores com propriedades abaixo de quatro módulos fiscais, ou seja, 260,0 ha. O módulo rural em termos de região de Irecê, semiárido baiano, corresponde a 65,0 ha (IBGE, 2012; Incra, 2012 *apud* Embrapa, 2024), o mesmo que 111,59 tarefas baianas, ao ser dividido por 2,33 tarefas, sua equivalência em hectare. No entanto, Damásio (2016, p. 9) afirma que tal aspecto não significa tratar-se de reforma agrária natural, comumente apregoado através de narrativas sobre o tema, mesmo que isto se apresente em modo aparente pelos dados oficiais.

Nesse contexto, cabe destacar que o TII, também sofreu a influência da “Revolução Verde”, como parte significativa das regiões com características de forte apelo agrícola ao adotar, em meados da década de 1970, práticas de supressão de vegetação do bioma Caatinga para plantio de grandes extensões de terra, basicamente, da tríade feijão-milho-mamona.

Com a introdução da modernização na região de Irecê, ocorreram mudanças nessa forma de conduzir o trabalho familiar e as relações comunitárias, bem como na forma de praticar a agricultura, já que a intensificação foi tão forte que nas décadas de 70 e 80 Irecê ficou reconhecida como a região do feijão, garantindo um aumento significativo na produção de milho, feijão e algodão do Estado. É neste período que a região recebe todo aparato químico e industrial trazidos pelos “pacotes” dos governos para o aumento da produção, isto devido ao plantio triconsoviado de feijão, milho e mamona em sistema de monocultivo (Damásio, 2016, p. 69).

Este modelo pregava a erradicação da fome no mundo através da modernização das práticas agrícolas tradicionais, incrementando a partir do aumento da produtividade e a melhoria da renda das populações do campo, proporcionando o desenvolvimento rural (Arl, 2008, p. 157). No entanto, a realidade se deu inversa, pois veio a causar substancial empobrecimento das populações do campo, devido aos processos avançados de desertificação pela supressão da caatinga em grandes proporções, provocando o aumento dos períodos de estiagens prolongadas.

Quebra-se a relativa autonomia do rural. A indústria aos poucos se apropriou de atividades relacionadas à produção e ao processamento. Esse processo foi chamado de *apropriacionismo*. O apropriacionismo

envolvia a **produção de adubos químicos** para substituir o emprego da matéria orgânica, a **motorização e mecanização** na substituição da tração animal e trabalho braçal e a **produção de sementes melhoradas**, através da engenharia genética a partir das descobertas de Mendel, na substituição da seleção e produção de sementes (Arl, 2008, p. 157).

A agricultura familiar camponesa está para além de mera categoria do mundo do trabalho, porquanto perpassa um modo de vida e correlação com o meio, salvaguarda da produção de alimentos saudáveis, proteção da terra, água, ar e tradições, bens comuns. Para Ploeg (2014, p. 8): “Os estabelecimentos familiares proporcionam à família agricultora uma parte – ou a totalidade – de sua renda e dos alimentos consumidos”. Nesse sentido, este autor nos convida a compreender o papel da agricultura familiar camponesa no cenário de disputa contra hegemônica com o neoliberalismo, expressão dos interesses do capital financeiro e sua base política no campo, o agronegócio; sendo alternativa social, cultural e econômica:

Cumpramos ressaltar que ter o controle sobre a qualidade dos alimentos de produção própria – e estar confiante de que não estão contaminados – é um aspecto cada vez mais importante e valorizado pelos agricultores de todo o mundo. No entanto, o estabelecimento familiar não é só um lugar de produção. É também o lar da família agricultora. É o local a que pertencem as pessoas, além de ser o lugar que lhes proporciona abrigo. Em suma, é o lugar onde a família vive e onde as crianças crescem (Ploeg, 2014, p. 8).

A identificação das pessoas com o modo de produção dá sentido a seu modo de vida como camponês na interação como parte do tecido social.

A agricultura familiar carrega a promessa de criar práticas agrícolas altamente produtivas, sustentáveis, simples, flexíveis, inovadoras e dinâmicas. Tendo em conta todas essas características, a agricultura familiar pode contribuir significativamente para a soberania e segurança alimentar e nutricional. Ela pode fortalecer o desenvolvimento econômico de diversas maneiras, criando empregos e gerando renda. Pode elevar o grau de resiliência econômica, ecológica e social das comunidades rurais. Pode também gerar postos de trabalho atrativos para grande parte da sociedade, assim contribuindo consideravelmente para a emancipação de suas parcelas mais oprimidas. A agricultura familiar pode ainda favorecer a manutenção de belas paisagens e da biodiversidade (Ploeg, 2014, p. 11).

Portanto, este trabalho objetiva identificar o papel da agricultura familiar camponesa de base agroecológica como elemento garantidor da segurança alimentar das famílias envolvidas nos processos de produção e comercialização em rede, na perspectiva de construção da soberania alimentar como paradigma de sociedade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta formulação se constitui como resultado da continuidade do estudo para produção de um inventário, realizado através de trabalho da disciplina Seminário Integrador I, com os agricultores do Grupo Fraternidade Agroecológica da Associação de Produtores e Feirantes de base agroecológica do município de São Gabriel e demais membros do município de Jussara, localizados no TI-Irecê, situados na região setentrional da Chapada Diamantina, por meio de observações obtidas em pesquisa participante (Demo, 1995, p. 231-241), como associada, através das visitas de pares realizadas mensalmente às propriedades dos associados, análogas à metodologia camponês-a-camponês (Machín Sosa *et al*, 2013, p. 60-74).

Agricultura familiar camponesa

Ao abordar a especificidade camponesa, nos termos de Aleksander V. Chayanov, Costa (2014 p. 192), resgata do estudioso russo, a premissa de que “[...] a família é o fundamento da empresa camponesa – na sua condição de economia sem assalariamento -, uma vez que é tanto o ponto de partida, quando o objetivo da sua atividade econômica”. Na opinião de Ploeg (2015, p. 40) “[...] as características fundamentais da condição camponesa são a luta por autonomia que se realiza em um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privações”.

No entanto, a forma de organização tradicional do campesinato proporcionou por um período significativo certa autonomia às populações do campo, pela diversidade de alimentos disponíveis, onde a dependência externa se resumia a poucos itens alimentícios e outros itens como vestuários, calçados e ferramentas. Para Machado e Machado Filho (2014, p. 46), a realidade do interior estava associada à busca por autonomia produtiva, porquanto a produção das famílias deveria atender ao seu sustento, sendo comum ouvir a

seguinte expressão de orgulho: “na minha casa só compro sal e o brim”, considerando-se que os itens alimentícios básicos para sustento da família, bem como de bem estar eram produzidos na propriedade.

Agroecologia - transição agroecológica - produção orgânica certificada

Na opinião de Altieri (2005 *apud* Altieri, 2012, p. 23) “a agricultura é uma atividade humana que implica a simplificação da natureza, sendo as monoculturas a expressão máxima desse processo”. Para tanto, Altieri (2012, p. 365) enxerga como desafio imediato para esta geração a superação do modo de produção convencional como forma de transformar a agricultura industrial reinante em sistemas alimentares não dependentes dos combustíveis fósseis, a partir de formas de agricultura “mais ecológicas, diversificadas, sustentáveis e socialmente justas”, em suma a transição agroecológica.

Caporal (2013, p. 288), ao se posicionar quanto ao tema, assevera que o processo de transição agroecológica assuma um caráter de enorme complexidade, tanto tecnológica, como metodológica e organizacional, sendo levado em conta seus objetivos e metas, em termos de sustentabilidade a ser alcançada. Para reforçar, apresenta os vários níveis da transição agroecológica sugeridos por Gliessman (2000 *apud* Caporal, 2013, p. 289):

O primeiro é a transição na orientação dos valores, na ética que orienta nossas decisões de produção, consumo e organização social. O segundo, focado mais estritamente na agricultura, diz respeito ao incremento da eficiência das práticas convencionais para reduzir o uso de insumos externos caros, escassos e daninhos ao meio ambiente. O terceiro nível da transição se refere à substituição de insumos e práticas convencionais por práticas alternativas [...]. Neste nível, a estrutura básica do ecossistema seria pouco alterada, podendo ocorrer, então, problemas similares aos que se verificam nos sistemas convencionais. O quarto nível de transição seria a fase de redesenho dos agroecossistemas, para que estes funcionem com base em um novo conjunto de processos ecológicos. Mais complexo, mas indispensável para se alcançar a sustentabilidade.

Para Penteadó (2001 p. 9), o termo orgânico está associado aos sistemas de produção baseados em parâmetros de cultivos que levem em conta princípios ecológicos.

Portanto, podemos considerar que a agricultura orgânica e seus diversos ramos está contida no que se propõe como transição agroecológica, apresentado por Gliessman (2000 *apud* Caporal, 2013, p. 289), porquanto a certificação dos agricultores está sujeita à legislação específica que normatiza os processos e procedimentos da produção orgânica, superando o modelo convencional, baseado no uso intensivo de insumos externos, como adubação sintética, com ênfase na aplicação de agrotóxicos, sementes híbridas e transgênicas, etc.

O autor enfatiza, ainda, que:

O inglês Sir Albert Howard deu início a partir de 1920 a uma das mais difundidas correntes do movimento orgânico, a agricultura orgânica. Sir Howard trabalhou com pesquisas na Índia, durante aproximadamente 40 anos, procurando demonstrar a relação da saúde e da resistência humana às doenças com a estrutura orgânica do solo, publicando obras relevantes entre 1935 e 1940 e, por isso, é considerado o fundador da agricultura orgânica (Penteado, 2001, p. 10).

No que tange ao TII, observa-se que há um forte movimento na contramão do que sugere a transição agroecológica. Os últimos anos tem sido marcados pelo crescimento do número de agricultores que adotam o uso de insumos químicos e sementes transgênicas, apostando no modelo de produção convencional em regime de sequeiro e/ou com irrigação a partir da captação das águas subterrâneas. A utilização de sementes geneticamente modificadas, principalmente a cultura do milho transgênico, herança dos chamados “pacotes tecnológicos”, vem comprometendo a pureza das sementes crioulas, guardadas e cultivadas há dezenas de anos pelas famílias, a exemplo de outros estados da região Nordeste que adotam a prática de separar parte das sementes para o plantio no ano seguinte. Os bancos de sementes, dos chamados “guardiões das sementes crioulas”, são exemplos dessa prática.

No estado da Paraíba, a quantidade de bancos também é bastante significativa. Animados pela Rede de Sementes da Articulação do Semiárido da Paraíba (ASA Paraíba), os 240 bancos de sementes comunitários do estado envolvem mais de oito mil famílias, em 63 municípios. A força desse trabalho foi capaz de, em 2002, aprovar uma lei estadual (Lei n. 7.297/2002) que criou o Programa Estadual de Bancos de Sementes Comunitários, autorizando o governo da Paraíba a adquirir sementes de variedades locais para o fortalecimento e a ampliação dos bancos em todo o estado (AS-PTA, 2016).

O semiárido brasileiro apresenta maior susceptibilidade à salinização, principalmente em ambientes irrigados, sendo necessário o desenvolvimento de tecnologias que permitam o uso desses solos ou de águas de baixa qualidade, em termos sustentáveis (Silva *et al*, 2021, p. 89). A utilização da irrigação no TII enfrenta um problema sério quanto à qualidade e quantidade das águas captadas em poços tubulares, ricas em sais, inadequadas para irrigação. Este modelo de produção compromete a vida do solo, impondo um alto custo financeiro e ambiental, agravados pela utilização de venenos e adubação química na produção de grãos e hortaliças, em um movimento de predação e monopolização do uso das águas e das terras.

Nas práticas adotadas pela agricultura familiar camponesa de base agroecológica, a mecanização utilizada é de baixo impacto, utilizando ferramentas e maquinários adaptados a estes fins nas áreas de plantio orgânico, não permitindo que equipamentos contaminados em áreas de cultivo convencional e/ou onde é aplicado agrotóxico sejam nelas utilizados. Quanto ao controle de inseto, os insumos são fabricados nas próprias unidades produtivas, e o controle das plantas espontâneas (as chamadas “ervas daninhas”) com roçagem e incorporação ao solo. Destes, o esterco (bovino, caprino, ovino) é o único insumo vindo de fora da propriedade, apenas utilizado como compostagem.

Segurança e soberania alimentar

Com base na Lei Nº. 11.346/2006 que instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) (BRASIL, 2006), no seu Artigos 3º.:

Art. 3º. A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

O artigo 5º. da Lei 11.346/2006, compreendida oficialmente como Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, estabelece a seguinte definição sobre Soberania

Alimentar: “Art. 5º. A consecução do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional requer o respeito à soberania, que confere aos países a primazia de suas decisões sobre a produção e o consumo de alimentos” (BRASIL, 2006).

Stédile e Carvalho (2014, p. 715), intelectuais engajados na questão camponesa, opinam que a “Soberania alimentar é o conjunto de políticas públicas e sociais que deve ser adotado por todas as nações, em seus povoados, municípios, regiões e países, a fim de se garantir que sejam produzidos os alimentos necessários para a sobrevivência da população de cada local”.

Altieri (2012, p. 366) corrobora com o tema afirmando que “[...] os movimentos sociais do campo adotam o conceito de soberania alimentar como uma alternativa à abordagem neoliberal que aposta num comércio injusto como forma de resolver o problema da fome mundial”. Na contramão dessa lógica neoliberal, a Associação dos Produtores e Feirantes de Base Agroecológica de São Gabriel, produzem a partir dos agricultores associados em suas unidades produtivas, alimentos em quantidade, qualidade e diversidade, garantindo a nutrição e sustento das famílias envolvidas, bem como sua oferta ao público consumidor local e do território.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A natureza do estudo tratou-se de Pesquisa Participante, como sugere Demo (1995, p. 231-234), com a Associação de Produtores e Feirantes de Base Agroecológica de São Gabriel-BA, com vistas como a agricultura familiar camponesa de base agroecológica contribui para a segurança alimentar e nutricional de produtores e consumidores, numa perspectiva de soberania alimentar, sendo essa experiência executada por meio de atividades práticas baseadas em instrumentos do método CAC (Machín Sosa *et al*, 2013), tendo essas atividades proporcionado a obtenção de conteúdo referente aos entendimentos do contexto, conhecimentos gerais de técnicas agroecológicas, opiniões, críticas, decisões, motivações etc., a partir de relatos de camponeses e camponesas da Associação dos Produtores Feirantes de Base

Agroecológicas de São Gabriel - BA, especificamente o subgrupo Fraternidade Agroecológica II.

No processo de implementação da Metodologia CAC (Machín Sosa *et al*, 2013; Abreu Alonzo, 2022) e da Pesquisa Participante (Demo, 1995), junto às famílias da Associação dos Produtores Fraternidade II, durante as visitas de pares, formações, oficinas e intercâmbios, cada família teve a oportunidade de apresentar suas vivências, partilhar suas experiências nas unidades produtivas, seja avanços e/ou dificuldades pertinentes da transição agroecológica, como parte da legitimação da certificação orgânica participativa.

Nessa perspectiva, tem-se o pesquisador, de modo horizontal e participativo, integrante do grupamento em estudo, oportunizar atividades sociais em processos de sensibilização, capacitação e mobilização: Oficinas, Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), Visitas e Intercâmbios (Machín Sosa *et al*, 2013, p. 72-73), como meio de coleta de informações através de escuta e interpretação das falas correntes. Essas ferramentas ao serem aplicadas permitem “[...] romper com a primazia da orientação verticalista que caracterizava o extensionismo clássico [...]” (Machín Sosa *et al*, 2013, p. 74). Para Abreu e Alonzo (2022), a associação da metodologia CAC à Pesquisa Participante apresentou resultados satisfatórios, devendo ser priorizadas e entrelaçadas.

No período que compreendeu este estudo, foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre: i) agricultura familiar camponesa de base agroecológica (Embrapa, 2023; Ploeg, 2014; Costa, 2014; Ploeg, 2015; Machado e Machado Filho, 2015); ii) segurança e soberania alimentar (BRASIL, 2006; Stédile e Carvalho, 2014; Altieri, 2005 *apud* Altieri, 2012); e, iii) certificação da produção orgânica (BRASIL, 2009; Santos e Carvalho, 2017; BRASIL, 2024), bem como a incursão às bases de dados do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Ferreira (2010) aponta que a partir da organização dos trabalhadores rurais, por meio dos sindicatos nos municípios do TI-Irecê, possibilitou-se o surgimento de diversos

movimentos e instituições como a Escola de Agricultura da Região de Irecê (Esagri), o Grupode Apoio e de Resistência Rural e Ambiental (Garra), o Centro de Assessoria do Assuruá (CAA) e o Instituto de Permacultura em Terras Secas (Ipeterras), e que as atividades desenvolvidas por estas instituições abriram caminhos para muitas ações importantes que fortaleceram as lutas do povo no território.

Como resultado das lutas dos trabalhadores, surgiram novos modos de produção com recorte agroecológico, a Associação de Produtores e Feirantes de Base Agroecológica de São Gabriel-BA, sendo objeto de alguns estudos (Santos e Carvalho, 2017) e destaque no mapa de feiras orgânicas pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), “revelando parte da territorialização e recriação camponesa no país” (IDEC, 2024).

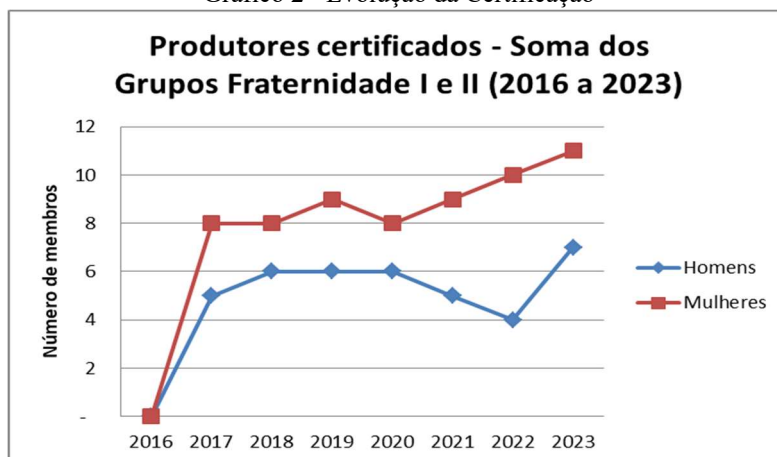
Esta associação fundada em 09 de fevereiro de 2016 com 18 sócios fundadores, dos quais 15 foram certificados em 2017, constitui-se como um grupamento de agricultores familiares camponeses dos municípios de São Gabriel e Jussara, estado da Bahia, que produzem dentro dos princípios da agroecologia, em modo de produção orgânica, certificados por Organismo Participativo da Conformidade Orgânica (OPAC), nos termos da Lei nº.10.831/23.12.2003 (BRASIL, 2003), através da Associação Povos da Mata de Certificação Participativa/Rede Agroecologia Povos da Mata, representada no Território de Irecê pelo Núcleo Raízes do Sertão até janeiro de 2024. Atualmente, a Associação conta com 22 associados certificados, representando igual número de unidades produtivas; para o cumprimento das normas referentes à certificação participativa, foi necessária a divisão em dois grupos distintos para possibilitar as visitas de pares (duas em cada unidade produtiva no período de um ano).

Quadro 2 - Evolução da Certificação

GÊNERO	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Homens	-	5	6	6	6	5	4	7
Mulheres	-	8	8	9	8	9	10	11

Fonte: Pesquisa da autora com a Associação de Feirantes e Produtores de Base Agroecológica de São Gabriel-BA (2024).

Gráfico 2 - Evolução da Certificação



Fonte: Pesquisa da autora com a Associação de Feirantes e Produtores de Base Agroecológica de São Gabriel-BA (2024).

A partir de 01 de janeiro de 2024 a comercialização passou a ser feita através da Cooperativa dos Agricultores e Agricultoras Familiares Raízes do Sertão Ltda (Coop Raízes), formada pelos agricultores certificados como produtores orgânicos do TI-Irecê, articulados pelo Núcleo Raízes do Sertão, junto à OPAC Povos da Mata.

A constituição da cooperativa deu-se em novembro de 2022, tendo o ano de 2023 sido marcado pelos processos de formalização e juntada de documentos necessários à sua legalização e funcionamento dentro dos critérios que regem Lei Nº. 5.764/16.12.1971, que trata da normatização do cooperativismo no Brasil (BRASIL, 1971), afirmando-se como instrumento institucional para aquisição de insumos e comercialização dos produtos, bem como os processos educativos dos seus associados. A partir de janeiro de 2024 a cooperativa passa então a administrar e assumir as despesas e responsabilidades que vinham sendo assumidas pela Associação “Núcleo Raízes do Sertão”, reafirmando o caráter legal dos processos que envolvem a produção e comercialização de alimentos, oriundos da agricultura familiar camponesa de base agroecológica. A certificação orgânica é primordial para conquistar a credibilidade junto aos consumidores.

Os dados levantados permitem considerar que os agricultores do Grupo Fraternidade Agroecológica II ofertam variedade de alimentos com alto teor nutricional

a partir das seguintes culturas: 1) olerícolas; 2) tubérculos; 3) frutas; 4) plantas medicinais e aromáticas; 5) grãos; 6) oleaginosas alimentícias; bem como, 7) oleaginosas não alimentícias. Os sistemas de cultivo são consorciados, com manejo das áreas em sistema de rotação de cultura. O percentual de sementes compradas de terceiros varia de 40% a 50%, e são adquiridas, tanto no comércio local, quanto de outros agricultores da rede. As sementes adquiridas no mercado convencional são principalmente de olerícolas.

Ainda, de acordo com inventário, as unidades produtivas em questão, em sua maioria, possuem reserva legal exceto as áreas abaixo de 3,0 hectares. Dentre estas, existem áreas em processo de implantação de sistemas agroflorestais (SAF) com uma boa variedade de frutíferas e outras em processo de recomposição do bioma Caatinga.

As experiências vivenciadas pelos atores e sujeitos substantivados no passado foram fundamentais para que, atualmente, este movimento no caminho da transição agroecológica se dê de maneira abrangente envolvendo agricultores familiares camponeses dos vários municípios do território que produzem de forma diversificada, corroborando com os termos aqui apresentados pelos autores referenciados (Demo, 1995; Machín Sosa *et al.*, 2013; Costa, 2014; Altieri, 2012). Esse modelo de troca de experiências faz parte da dinâmica de sensibilização e mobilização, garantindo o aprendizado dos sujeitos envolvidos.

Nota-se o protagonismo dos envolvidos, com destaque para a melhoria da qualidade de vida, a partir da obtenção de bens de consumo com o resultado das comercialização das suas colheitas, além de equipamentos agrícolas através de projetos e políticas públicas. Cabe ressaltar a importância das organizações de base, como os sindicatos, o Garra, as associações dos produtores e, recentemente, a formalização da Coop Raízes.

Em momentos de partilha e socialização durante a visita de pares, o grupo Fraternidade Agroecológica II foi informado que a Coop Raízes vem trabalhando na perspectiva de oferecer os produtos dos associados em instituições de ensino do Território, através das políticas públicas como Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Tais iniciativas estimulam o aumento da capacidade produtiva, fortalecendo vínculo institucional e incremento da renda dos seus associados, sendo a concretização de uma necessidade

vivenciada pelo grupo em superar as barreiras que impossibilitaram por muito tempo o acesso desses agricultores camponeses às compras institucionais.

A cooperativa assumiu a gestão do processo de comercialização, sendo reconhecida pelos produtores de alimentos certificados no modo orgânico participativo como ferramenta fundamental para organizar a produção e seu destino, permitindo a obtenção de resultados econômicos e maior engajamento social, para a autonomia e soberania dos agricultores familiares camponeses envolvidos, em termos de desenvolvimento humano sustentável, integrado e solidário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo, foram analisados alguns aspectos do processo de sistematização de experiências desenvolvida com os agricultores da Associação dos Produtores Feirantes de Base Agroecológicas de São Gabriel- BA. De modo geral percebeu-se a importância dos movimentos sociais do campo na construção da transição agroecológica, a partir dos sujeitos como parte do processo, valorização dos saberes, fortalecimento das relações sociais, construção de autonomia econômica objetiva, com o incremento da produção e comercialização em circuitos curtos e longos, através das feiras de produtores agroecológicos e vendas pela cooperativa.

O trabalho desenvolvido deixa claro o papel relevante que este grupo de agricultores tem para a segurança e soberania alimentar, tanto dentro do próprio movimento de produção agroecológica quanto para o público consumidor. Contudo é possível perceber gargalos que fragilizam este modo de produção, sendo necessária a valorização desses sujeitos, proporcionando condições objetivas para que este segmento receba maior apoio governamental e fortalecimento da interação com os consumidores.

Considerando que o tema não se esgota com este estudo, esta iniciativa com foco em grupamentos de agricultores camponeses produtores de alimentos, certificados como orgânicos por OPAC, se coloca como preliminar, sendo oportuna a realização de pesquisas quali-quantitativas, com vista a melhor aferimento da observação dos

resultados econômico, social e cultural, dado a relevância estratégica em termos de soberania alimentar.

REFERÊNCIAS

ABREU, Pedro Henrique Barbosa de; ALONZO, Herling Gregorio Aguilar. Bases teóricas para promoção da saúde e resistência camponesa: um novo horizonte metodológico. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 345-362, jun. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/kwbjhKHHzCJ6SKfWSPLnvgc/abstract/?lang=pt> Acesso em: 15 dez. 2023. DOI: 10.1590/0103-11042022E223

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: base científica para uma vida sustentável**. 3. ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular/AS-PTA, 2012. 400 p.

ARL, Valdemar. **Agroecologia: desafios para uma condição de interação positiva e co-evolução humana na natureza**. In: Desenvolvimento territorial e agroecologia. ALVES, Adilson Francelino; CARRIJO, Beatriz Rodriguez; CANDIOTTO, Luciano Z. Pessoa (Orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 155-168.

AS-PTA. **Sementes da Paixão: catálogo das sementes crioulas da Borborema**. Esperança, PB: Polo da Borborema/AS-PTA, 2016. 64 p. Disponível em: https://aspta.redelivre.org.br/files/2017/03/sementes_da_paixao_VERSAO_WEB.pdf Acesso em: 19 jan. 2024.

BRASIL. **Legislação para os sistemas orgânicos de produção animal e vegetal**. Brasília, DF: MAPA/ACS, 2009. 195 p.

_____. **Cadastro Nacional dos Produtores Orgânicos**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos> Acesso em: 30 jan. 2024.

_____. **Lei Nº. 5.764, de 16.12.1971: Define a Política Nacional de Cooperativismo, Institui o Regime Jurídico das Sociedades Cooperativas, e dá outras Providências**.

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=518294
Acesso em: 30 jan. 2024

_____. **Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 02 nov. 2023.

_____. **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm Acesso em: 19jan. 2024.

CAPORAL, Francisco R. **Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica**: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações. *In*: Agroecologia e os desafios da transição agroecológica. SAUER, Sérgio; BALESTRO, Moisés V. (Orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 155-168.

COSTA, Francisco de Assis. **Chayanov e a especificidade camponesa** *In*: Chayanov e o campesinato. CARVALHO, Horácio Martins de (Org.). São Paulo, SP: Expressão Popular, 2014. p. 189-215

DAMÁSIO, Mário César Rocha. **Caracterização do processo de trabalho familiar agrícola no território de Irecê – BA**. Cachoeira-BA. Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para a obtenção de título de Mestre em Ciências Sociais. 2016

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. rev. e ampl. - São Paulo: Atlas, 1995.

EMBRAPA. **Sobre o tema: Agricultura Familiar**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar/sobre-o-tema>. Acesso em: 19 jan. 2024

FERREIRA, Paula Silva. **Educação e sistemas alternativos de produção: Experiências agroecológicas no território de identidade Irecê**. Monografia apresentada no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Educacionais. Universidade do Estado da Bahia: Irecê, 2010.

HOWARD, Sir Albert. **Um testamento agrícola**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014. 360 p. il.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos> Acesso em: 19 jan. 2024.

IDEC. **Idec lança aplicativo do Mapa de feiras Orgânicas.** Disponível em: <http://www.idec.org.br/em-acao/em-foco/idec-lanca-aplicativo-do-mapa-de-feirasorganicas> Acesso em: 19 jan. 2024.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. **A dialéctica agroecologia.** São Paulo: Expressão Popular, 2014. 360 p.

MACHÍN SOSA, B.; ROQUE JAIME, A. M.; ÁVILA LOZANO, D. R.; ROSSET, P. M. **Revolução Agroecológica: o movimento de camponês a camponês da ANAP em Cuba.** São Paulo: Expressão Popular, 2012. 152 p.

PLOEG, Jan Douve van der. **Camponeses e impérios: lutas por autonomia por sustentabilidade na era da globalização.** 3. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2015. 372 p.

PLOEG, Jan Douve van der. **Dez qualidades da agricultura familiar.** Revista *Agriculturas: experiências em agroecologia*. n. extra. (1) fev.2014. Disponível em: https://aspta.org.br/files/2014/02/Agriculturas_Caderno_Debate-N01_Baixa.pdf Acesso em: 19 jan. 2024.

SILVA, P. C. C.; COVA, A. M. W. ; SILVA, M. G.; LIMA, G. S.; LACERDA, F. C.; GHEYE, H. R. Capítulo 3. **Recuperação de solos afetados por sais.** *In: Agricultura irrigada em ambientes salinos.* CERQUEIRA, P. R. S.; LACERDA, C. F.; ARAUJO, G. G. L.; GHEYI, H. R.; SIMÕES, W. L. (Ed. Téc.) Brasília: Codevasf, 2021. 363 p. il. ISBN 978-65-88380-06-2 -eBook

STÉDILE, João Pedro; CARVALHO, Horácio Martins de. **Soberania alimentar.** *In: Dicionário da Educação do Campo.* CALDART, R. S; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). 2. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 714-722.

APLICAÇÕES DA ETNOBOTÂNICA, COM FOCO NAS PLANTAS MEDICINAIS: UM ESTUDO NO NORDESTE BRASILEIRO

Ivania Batista de Oliveira

RESUMO

A etnobotânica investiga as relações entre comunidades humanas e plantas, com ênfase no uso tradicional de espécies vegetais. No Nordeste brasileiro, essa ciência destaca-se no estudo de plantas medicinais utilizadas por populações locais, comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas, que preservam conhecimentos ancestrais valiosos e são transmitidos oralmente de geração em geração. Essas práticas têm contribuído para a valorização cultural e a conservação da biodiversidade. Este estudo teve como objetivo analisar as plantas mais utilizadas pelas comunidades dos estados do Nordeste brasileiro, com foco nas plantas medicinais. Para isso, fez-se um levantamento bibliográfico e análise criteriosas dos textos selecionados. Com isso, foi possível perceber que cada estado tem sua própria cultura, costumes e cresças. Alguns Estados dividem as mesmas preferências quando se trata de plantas medicinais, ao mesmo tempo que algumas plantas foram mais citadas em um único Estado e quando se aprofunda mais, percebemos que muitas vezes pode ser única até mesmo em cada comunidade, pois tem seus hábitos, culturas e costumes diferentes e únicos, o que nos leva a querer entender e estudar as valiosas informações etnobotânicas adquiridas a partir das comunidades tradicionais.

Palavras chave: Comunidades tradicionais, Plantas medicinais. Conhecimentos empírico.

ABSTRACT

Ethnobotany investigates the relationships between human and plant communities, with an emphasis on the traditional use of plant species. In the Brazilian Northeast, this science stands out in the study of medicinal plants used by local populations, traditional, quilombola and indigenous communities, which preserve valuable ancestral knowledge and is transmitted orally from generation to generation. These practices have contributed to cultural appreciation and the conservation of biodiversity. This study aimed to analyze the plants most used by communities in the states of the Brazilian Northeast, focusing on medicinal plants. For this, a bibliographic survey and careful analysis of the selected texts were carried out. With this, it was possible to realize that each state has its own culture, customs and growth. Some states share the same preferences when it comes to medicinal plants, while some plants were more cited in a single state and when we delve deeper, we realize that it can often be unique even in each community, as it has its different and unique habits, cultures and customs, which leads us to want to understand and study the valuable ethnobotanical information acquired from traditional communities.

Keywords: Traditional communities, Medicinal plants. Empirical knowledge.

Introdução

A origem do conhecimento do homem sobre as virtudes das plantas confunde-se com sua própria história ao longo da evolução da humanidade, a relação entre o homem e o conhecimento das plantas transcendeu a mera necessidade alimentar, transformando-se em um intrincado vínculo terapêutico. No enfrentamento das doenças que assolavam as comunidades, a natureza emergiu como a primeira farmácia, oferecendo remédios e soluções através das plantas (Monteiro *et al.*, 2021). O homem primitivo dependia fundamentalmente da natureza para sua sobrevivência e utilizou-se principalmente das plantas medicinais para curar-se (Almeida, 2011).

O entendimento inicial desse vasto conhecimento era transmitido oralmente, tornando-se um tesouro cultural passado de geração em geração (Nascimento, 2008). Neste sentido, especula-se que a origem da etnobotânica é coincidente com o surgimento da própria espécie humana, ou melhor, com o início dos primeiros contatos entre esta espécie e o Reino Vegetal (Schultes e Reis 1995). Esta é uma noção de etnobotânica que a toma como algo próprio de uma cultura ou sociedade (Oliveira, *et al.* 2009).

O tema da Etnobotânica tem despertado o interesse de pesquisadores, organizações ligadas a agricultores, comunidades tradicionais e indígenas, instituições públicas e outros setores. De acordo com Oliveira, *et al.* (2009), torna-se essencial olhar para a trajetória da Etnobotânica a fim de entender o desenvolvimento da disciplina no Brasil e refletir sobre os rumos tomados pelos estudos na área, com uma maior ênfase no ponto de vista das ciências biológicas.

No caso do Brasil, e de outros países em desenvolvimento, a construção e a transformação da etnobotânica acontece em um cenário de diversidade cultural (envolvendo os conhecimentos e práticas de seus habitantes) e de diversidade biológica, que constituem um patrimônio de imenso valor potencial, incluindo plantas de interesse e potencial de mercado que podem ser possíveis fontes de geração de renda com sustentabilidade ambiental).

A etnobotânica é uma disciplina científica relativamente nova que não tem sido sistematizada e formalizada como outras ciências já estabelecidas (Hamilton *et al.* 2003). Em seu foco integrativo, tenta atender as dinâmicas do mundo moderno, ao tempo, que busca a valorização dos saberes dos povos tradicionais. Pode então ser definida como a

ciência responsável pelo estudo da relação existente entre o Homem e as Plantas, bem como permitir um melhor entendimento de como as pessoas pensam, conhecem e classificam as plantas e suas diferentes formas de utilização.

Plantas medicinais são aquelas que possuem tradição de uso em uma população ou comunidade e que são capazes de prevenir, aliviar ou curar enfermidades (Gadelha *et al.*, 2013). Também podem ser definidas como todo e qualquer vegetal que possui substâncias que podem ser utilizadas para fins terapêuticos, em um ou mais órgãos, bem como sejam precursores de fármacos semissintéticos (Veiga Junior; et al, 2005; OMS, 1998).

A origem do conhecimento do homem sobre as virtudes das plantas confunde-se com sua própria história. Certamente surgiu à medida que tentava suprir suas necessidades básicas, através das casualidades, tentativas e observações, conjunto de fatores que constituem o empirismo. O homem primitivo dependia fundamentalmente da natureza para sua sobrevivência e utilizou-se principalmente das plantas medicinais para curar-se (Almeida, 2011). Albuquerque e Lucena (2004), traz que a etnobotânica não possui uma estrutura conceitual estabelecida que defina seus métodos, entretanto, segundo os autores, ela se sustenta em conceitos antropológicos, botânicos e ecológicos.

O conhecimento tradicional é constantemente defrontado pelo saber científico moderno, este último necessita da estruturação lógico-metodológica, experimentação repetitiva e técnica, possibilidade de resultados similares em diferentes repetições, seus resultados fundamentam-se como universais.

O conhecimento tradicional não se baseia nestes pressupostos, baseia-se na percepção subjetiva dos órgãos dos sentidos acerca do mundo natural e sobrenatural; na transmissão histórica do saber não contestado como verdadeiro ou absoluto, uma vez que também é estado da arte, porém, passível de inovação. Não segue estrutura lógico-metodológica na sua construção, a comprovação de resultados não está relacionada à aplicação de testes de validação. Porém, esse conhecimento não é difuso perdendo-se em múltiplas possibilidades, é específico no que toca à matéria de que trata (Cunha, 2007). Já muito antes (no século XVII), no Nordeste do Brasil, os holandeses Guilherme Piso e Georg Marggraf, coletaram plantas e registraram usos conhecidos pelos nordestinos. (Albuquerque, 2002). A região Nordeste possui cerca de 33% das angiospermas que

ocorrem no Brasil presentes em quatro dos seis Domínios Fitogeográficos brasileiros (IBGE, 2021a; 2021b; Flora e Funga do Brasil, 2022), além de uma grande diversidade cultural (Anjos-Júnior, 1998; Matos e Rangel, 2014).

Dessa forma, atualmente, muitas plantas que nos rodeiam podem apresentar uma produção de substâncias químicas que podem atuar benéficamente sobre outros organismos ou agirem de forma tóxica. Para que o homem possa fazer uso de uma espécie, com segurança, é necessário que a mesma seja estudada do ponto de vista químico, farmacológico, toxicológico e etnológico, quando possível (Ritter *et al.* 2002).

Assim, este trabalho objetivou fazer um levantamento bibliográfico sobre a etnobotânica e suas aplicações, especialmente das plantas medicinais, com foco nas pesquisas realizadas no Nordeste brasileiro.

Metodologia

A pesquisa em questão constituiu-se num levantamento de publicações científicas relacionadas a etnobotânica. As bases de dados foram consultadas entre maio de 2024 à novembro de 2024. Os seguintes descritores foram utilizados com operadores booleanos (AND): “Etnobotânica” AND “cada Estado do Nordeste”, “conhecimento empírico” AND “plantas medicinais”, “caatinga”. Nas bases de dados foi adotado como critério de inclusão para a seleção dos artigos: trabalhos completos publicados em português ou inglês. Após a aplicação do critério de seleção, foram feitas as leituras dos títulos e dos resumos para identificar os estudos etnobotânicos cujo conteúdo envolveu o uso de plantas medicinais, e ocorreu na região do Nordeste brasileiro.

Apesar disto, o estudo versa sobre uma revisão bibliográfica não sistematizada. Para análise e síntese do material realizou-se uma leitura exploratória do material bibliográfico.

Após isso houve uma leitura seletiva, determinando assim o material mais pertinente ao tema do trabalho. Por fim, procedeu-se a leitura analítica a fim de sumarizar e hierarquizar as informações contidas nos periódicos e livros consultados, possibilitando assim, a obtenção de resposta ao problema da pesquisa.

Resultados e Discussão

A região Nordeste, com destaque na utilização de diferentes plantas, possui um conhecimento tradicional transmitido através das gerações. A diversidade de espécies vegetais na região Nordeste oferece uma ampla variedade de plantas utilizadas por diferentes grupos para o tratamento e prevenção de doenças (Araújo, 2023). Embora os estudos sobre plantas medicinais estejam em ascensão nas comunidades urbanas, a região Nordeste ainda carece de pesquisas mais aprofundadas nesse campo (Patrício *et al.*, 2022).

Notoriamente, o uso de plantas medicinais no Nordeste brasileiro é uma prática profundamente enraizada na cultura, principalmente entre a população economicamente carente.

Os estudos sobre plantas medicinais no Nordeste brasileiro revelam um panorama bem diversificado da utilização e conhecimento dessas plantas em diferentes estados da região, ao mesmo tempo em que se apresenta semelhança e distinções e isso deve ao fato da variação nas metodologias utilizadas e nos resultados obtidos, que juntos oferecem uma visão sobre a importância e os desafios do uso de plantas medicinais pelas comunidades do nordeste brasileiro.

A caatinga bioma predominante na região Nordeste, como uma fonte rica em biomoléculas ativas com potencial de estudo, dadas a sua extensão e características específicas (Moreira, 2023). Plantas medicinais com propriedades analgésicas, anti-inflamatórias e hipoglicemiantes são encontradas na região, representando um recurso valioso para a população local (Zardinello *et al.* 2023).

Santos e Amorim (2021) fizeram uma compilação de dados publicados anteriormente que tratavam de plantas medicinais no estado do Maranhão, ao todo os autores trazem uma listagem de 136 espécies de plantas conhecidas e utilizadas como medicinais no estado. Destas as mais citadas foram *Hymenaea courbaril* L. (jatobá), *Aloe vera* (L.) Burm. (babosa), *Bowdichia virgilioides* Kunth (sucupira).

Em um levantamento feito por Silva e Freire (2010) para o Rio Grande do Norte, foi listado 87 plantas nativas e exóticas, e a mais citada entre elas, pela população foi a *Mimosa tenuiflora* (Jurema), seguida por *Amburana cearensis* (cumaru) e *Cenostigma pyramidale* (Tul.) E. Gagnon & G. P. Lewis (catingueira).

Em uma pesquisa realizada por Rodrigues e Andrade (2014), para o estado de Pernambuco foi citada 155 espécies, das quais, as mais citadas pela população local foram *Mentha villosa* (hortelã da folha miúda), *Cymbopogon citratus* (capim santo), *Chaenopodium ambrosioides* (mastruz).

Santos *et al.* (2018) realizaram entrevistas com moradores da comunidade da Brenha, município de Redenção no Ceará e listaram 27 espécies de plantas medicinais, as plantas mais citadas pelos entrevistados foram: *Mentha sp.* (hortelã.), *Plectranthus amboinicus* (malvarisco), *Cymbopogon citratus* (capim santo).

Araújo e Lemos (2015), realizaram estudo sobre o uso de plantas medicinais pelos moradores da comunidade Curral Velho, município de Luís Correia, norte do Piauí, onde registraram 62 plantas citadas pela comunidade, entre elas, as que obtiveram maior número de citações foram *Lippia alba* (Mill.) N.E. Br. ex Britton & P. Wilson (erva-cidreira), *Plectranthus amboinicus* (malva) e *Plectranthus barbatus* (boldo).

Em Alagoas, o estudo foi realizado na comunidade Lopes, localizada em uma área rural do município de Canapi, alto sertão alagoano, por Dantas e Torres (2019), onde os pesquisadores registraram 21 espécies de plantas medicinais, utilizadas e indicadas pelos indivíduos. Destas, foi possível perceber que algumas das plantas medicinais tendem a ser utilizadas com mais frequência pelos indivíduos, como por exemplo a *Mentha spicata* L. (hortelã), *Chenopodium ambrosioides* (mastruz), e *Eucalyptus globulus* Labill. (eucalipto).

Na Bahia, foi realizando um estudo na Comunidade Remanescente de Quilombo Salamina, está localizada na foz do rio Paraguaçu, município de Maragogipe, o qual está inserido na bacia do Recôncavo, neste estudo, foram registradas 126 etnoespécies de plantas úteis. Dentre as espécies mais citadas estão o *Cymbopogon citratus* (capim santo), *Lippia alba* (erva-cidreira); *Eugenia uniflora* (pitanga).

Costa e Marinho (2016) realizaram um levantamento etnobotânico sobre a utilização de plantas medicinais no município de Picuí, Seridó Oriental, estado da Paraíba, onde os autores registraram 48 espécies de plantas medicinais, sendo as mais citadas *Vernonia condensata* Baker (boldo) e *Lippia alba* (erva cidreira).

Caetano *et al.* (2015), fizeram um estudo município de Lagarto, estado de Sergipe, onde levantaram 74 plantas medicinais usadas pelas comunidades locais, entre estas, as

mais citadas foram a *Lippia alba* (Erva-Cidreira), *Plectranthus barbatus* Andr. (Boldo), e *Cymbopogon citratus* (D.C.) (Capim Santo).

Ao analisar os dados estudados pelos autores mencionados nos diferentes Estados da região Nordeste do Brasil, percebe-se que algumas espécies se repetem e por isso podem ser consideradas comuns para essa região, das quais se destacam o *Cymbopogon citratus* (D.C.) (Capim Santo) citado nos estados da Bahia, Ceará, Pernambuco e Sergipe, seguido por *Lippia alba* (erva cidreira) citadas nos estudos da Bahia, Paraíba, Piauí e Sergipe, seguidos de *Plectranthus barbatus* Andr. (Boldo), citados nos estados, Paraíba, Piauí e Sergipe. Isso nos leva a perceber que embora exista muita coisa em comum nos estados da região Nordeste, cada um, e até mesmo cada comunidade tem seus hábitos, culturas e costumes diferentes e únicos, o que nos leva a querer entender e estudar as valiosas informações etnobotânicas adquiridas a partir das comunidades tradicionais.

Considerações finais

As sociedades tradicionais têm sido, significativamente influenciadas pela medicina ancestral, que desempenha um papel relevante em suas práticas de cuidado à saúde. No entanto, algumas doenças podem ser vistas como sendo curáveis tanto por médicos quanto por outros especialistas, como por exemplo, benzedeiros ou pajés, sendo que o paciente doente pode aceitar a explicação da medicina ortodoxa e dos especialistas culturalmente mais próximos, seguindo as prescrições de ambos.

A etnobotânica surge como uma disciplina de extrema importância, configurando-se como um campo promissor na identificação de compostos bioativos que podem fundamentar novas abordagens terapêuticas para diversas enfermidades a partir do conhecimento empírico pode-se chegar mais facilmente ao conhecimento científico. Além disso, este ramo do conhecimento contribui para o desenvolvimento de estratégias de conservação ambiental, preservação cultural e fortalecimento de práticas religiosas tradicionais.

Os dados evidenciam as diversidades ecológicas e culturais entre os estados do Nordeste brasileiro, destacando a riqueza única que cada comunidade detém. Assim, torna-se essencial aprofundar os estudos sobre as interações entre essas comunidades e as plantas medicinais, de modo a promover um entendimento mais integrado e sustentável das práticas locais.

Referências Bibliográficas

<https://www.revistas.uneb.br/index.php/discentis/index>
V. 9, N. 1, jan-dez, 2024 | ISSN eletrônico: 2317-0522

ALBUQUERQUE, U. P. **Introdução à Etnobotânica**. Recife: Bagaço, 87p. , 2002

ALBUQUERQUE, U.P.; ANDRADE, L.H.C. Conhecimento botânico tradicional e conservação em uma área de caatinga no estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil **Acta Botanica Brasílica**, v.16, n.3, p.273-85, 2002.

ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P. (Org.). **Métodos e técnicas na pesquisa etnobotânica**. NUPEEA/Livro Rápido, 2004.

ANJOS-JÚNIOR, M. Quinze notas sobre identidade cultural no Nordeste do Brasil globalizado. **Cadernos de Estudos Sociais** 14(1):5-16. 1998.

ARAUJO, J. L.; LEMOS, J. R. Estudo etnobotânico sobre plantas medicinais na comunidade de Curral Velho, Luís Correia, Piauí, Brasil. **Biotemas**, 28 (2): 125-136, 2015,

CAETANO, N.L.B., FERREIRA, T.F., REIS, M.R.O., NEO, G.G.A., CARVALHO, A.A. Plantas medicinais utilizadas pela população do município de Lagarto- SE, Brasil – ênfase em pacientes oncológicos. **Rev. Bras. Pl. Med.**, Campinas, v.17, n.4, supl. I, p.748-756, 2015.

COSTA, J.C.; MARINHO, M.G.V. Etnobotânica de plantas medicinais em duas comunidades do município de Picuí, Paraíba, Brasil. **Rev. Bras. Pl. Med.**, Campinas, v.18, n.1, p.125-134, 2016.

DANTAS, J. I. M. Y A. M. TORRES. Abordagem etnobotânica de plantas medicinais em uma comunidade rural do sertão alagoano. **Diversitas Journal** 4(1):39-48.2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/331416356_Abordagem_etnobotanica_d_e_plantas_medicinais_em_uma_comunidade_rural_do_sertao_alagoano [accessed Nov 27 2024].

FRANCO, F.; LAMANO-FERREIRA, A.P.N.; LAMANO-FERREIRA, M. Etnobotânica: aspectos históricos e aplicativos desta ciência. **Caderno de Cultura e Ciência, Universidade Regional do Cariri – URCA**, Ano VI, v.10 , n.2, dez, 2011

FLORA E FUNGA DO BRASIL. 2022. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://floradobrasil.jbrj.gov.br/reflora/PrincipalUC/PrincipalUC.dom>(verificado em 14 de outubro de 2023).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2010. Cidades e Estados. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html> (verificado em 20 de agosto de 2021).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2021. Brasil em síntese. Disponível em: <https://>

brasilemsintese.ibge.gov.br/ (verificado em 16 de agosto de 2021).

LISBOA, M. S., A. S. PINTO, P. A. BARRETO, Y. J. RAMOS, M. Q. O. R. Silva, M. C. Caputo y M. Z. Almeida. 2017. Estudo etnobotânico em comunidade quilombola Salamina/Putumujú em Maragogipe, Bahia. **Fitos** 11(1):48-61. 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/320025357_Estudo_etnobotanico_em_comunidade_quilombola_SalaminaPutumuju_em_Maragogipe_Bahia [accessed Nov 27 2024].

MONTEIRO, V. R., MELO, F. M., & BELL, V.. Aconselhamento farmacêutico em homeopatia. **Acta Farmacêutica Portuguesa**, 10(2), 3-16. 2021.

MOREIRA, G. D. C. Plantas medicinais do cerrado utilizadas pela comunidade quilombola Mimbó, Amarante, Piauí. Dissertação (Mestrado em Conservação de Recursos Naturais do Cerrado) - Instituto Federal Goiano, Campus Urutaí, 2023.

OLIVEIRA, F.C.; ALBUQUERQUE, U. P.; FONSECA-KRUEL, V. S.; HANAZAK, N. Avanços nas pesquisas etnobotânicas no Brasil. **Acta bot. bras.** 23(2): 590-605. 2009.

PATRÍCIO, K. P. MINATO, A. C. S BROLIO, A. F.; LOPES, M. A.; BARROS, G.R.; MORAES, V.; BARBOSA, G. C. O uso de plantas medicinais na atenção primária à saúde: revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, 27(2):677-686, 2022.

RITTER, M. R.; SOBIERAJSKI, G. R.; SCHENKEL, E. P.; MENTZ, L. A. Plantas usadas como medicinais no município de Ipê, RS, Brasil : **Revista Brasileira de Farmacognosia**, v 12 n. 2, p 51-62, 2002.

RODRIGUES, A.P.; ANDRADE, L.H.C. Levantamento etnobotânico das plantas medicinais utilizadas pela comunidade de Inhamã, Pernambuco, Nordeste do Brasil. **Rev. Bras. Pl. Med.**, Campinas, v.16, n.3, supl. I, p.721-730, 2014.

SANTOS, J. A.; AMORIM, A. N. Etnobotânica das plantas medicinais comercializadas no Maranhão. **Rev Bras Plantas Med / Braz J Med Plants**, 23:231-242. 2021.

SANTOS, L. S. N.; SALLES, M. G.F.; PINTO, C.DE M.; PINTO, O. R. O. RODRIGUES, I. C. S. O saber etnobotânico sobre plantas medicinais na comunidade da Brenha, Redenção, Ceará. **Agrarian Academy**, Centro Científico Conhecer - Goiânia, v.5, n.9; p. 4 0 9 2018.

SILVA, A.J.R.; ANDRADE, L.H.C. Etnobotânica nordestina: estudo comparativo da relação entre comunidades e vegetação na Zona do Litoral - Mata do Estado de Pernambuco, Brasil. **Acta Botanica Brasilica**, v.19, n.1, p.45-60, 2004.

SILVA, T.S.; FREIRE, E.M.X. Abordagem etnobotânica sobre plantas medicinais citadas por populações do entorno de uma unidade de conservação da caatinga do Rio Grande do Norte, Brasil. **Rev. Bras. Pl. Med.**, Botucatu, v.12, n.4, p.427-435, 2010.

TEIXEIRA, S.A.; MELO, J.I.M. Plantas medicinais utilizadas no município de Jupi, Pernambuco, Brasil. **Iheringia, Série Botânica**, v.6, n.1-2, p.5-11, 2006.

ZARDINELLO, M. E., SIEBENEICHLER, A. P., SCUSEL, C., DELIBERAL, E. J., BUDKE, R. B., & SARTORETTO, L. M. Uso das plantas medicinais. **Anais da Feira de Ciência, Tecnologia, Arte e Cultura do Instituto Federal Catarinense do Campus Concórdia**, 6(1), 66- 66. 2023.

IMPACTOS DO FECHAMENTO DE ESCOLA NO CAMPO EM IRECÊ- BA: ESTUDO DE CASO DA TRANSFERÊNCIA DE ESTUDANTES PARA OUTRO MUNICÍPIO

Jaílides Andrade Barreto Rosendo
Rosa Maria da Silva
Maria Dorath Bento Sodré
Ivania Batista de Oliveira

RESUMO

O artigo apresenta a análise sobre a ação da política pública no município de Irecê com o fechamento de escola no campo que tem levado famílias a matricular seus filhos em outro município. Essa situação diferenciada, considerada como uma reação e organização das famílias, contra a decisão da Secretaria de Educação. Buscar entender essa reação e seus impactos destacando informações como: insatisfação com o deslocamento, percurso longo até suas casas, a não adaptação dos estudantes na nova escola com a jornada ampliada. O objetivo desse artigo é analisar essa situação ocorrida, problematizando a partir da proposta da Educação do Campo, para contribuir com a superação dos limites das políticas públicas para as populações que vivem, trabalham e estudam no campo, em especial a comunidade Quilombola no Campo do município de Irecê-Ba. Essa pesquisa é um estudo de caso, por apresentar características específicas de um fenômeno social, em que as famílias se recusam a manter seus filhos na escola da sede do município, na qual utilizou como instrumento metodológico, análise documental. O direito à educação dos povos do campo não pode ser assegurado apenas com o transporte escolar, pois esse tem sido utilizado para o fechamento de escolas no campo, gerando impactos como: negação das origens históricas, culturais e socioeconômicas da população do campo, fragilidade no processo de oferta da educação, desconhecimento da formação dos filhos destas famílias da comunidade, redução de número de estudantes no município de origem destes estudantes, perda de receita para a educação. A reação destas famílias levanta a necessidade de cumprir as propostas da Educação do Campo para atender as condições de vida no campo com formação escolar de qualidade, respeitando seu contexto.

Palavras-chave: Políticas públicas de Educação do Campo, fechamento de Escolas no Campo, Transporte Escolar.

ABSTRACT

The article presents the analysis of the action of public policy in the municipality of Irecê with the closure of schools in the countryside. Thus, families are forced to take their children out of the municipality's school and enroll in schools in another municipality. This differentiated situation presents a form of reaction and organization of families, against the decision of the Department of Education. Seeking to understand this reaction and its impacts involves listening to these families who bring dissatisfaction with the commute, long journey home, the non-adaptation of students to the new school with the extended workday. The objective of this article is to analyze this situation that occurred, problematizing from the proposal of Rural Education, to contribute to overcoming the limits of public policies for the populations that live, work and study in the countryside, especially the Quilombola community in the Countryside of the municipality of Irecê-Ba. This research is a case study, as it presents specific characteristics of a social phenomenon, in which families refuse to keep their children in the school of the municipality, in which it used documentary analysis as a methodological instrument. The right to education of rural peoples cannot be ensured only with school transportation, as this has been used to close schools in the countryside, generating impacts such as: denial of the historical, cultural and socioeconomic origins of the rural population, fragility in the process of offering education, lack of knowledge of the education of the children of these families in the community, reduction in the number of students in the municipality of origin of these students, loss of revenue for education. The reaction of these families raises the need to comply with the proposals of Rural Education to meet the living conditions in the countryside with quality school education, respecting their context.

Keywords: Public Policies for Rural Education, Closing of Rural Schools, School Transportation.

INTRODUÇÃO

As Constituições Federais de 1824 e 1891, não citam em seus textos a Educação Rural, termo que era designado à Educação do Campo até a primeira Conferência da Educação Básica do Campo, realizada em 1990. Porém, somente a partir da década de 1930 que pode ser observada uma preocupação com a Educação Campesina no Brasil. Estes fatos mostram que precisou ser travada uma luta árdua para fazer valer os direitos da população do campo de ter acesso à Educação, e educação de qualidade, de acordo com sua cultura, suas especificidades. Não apenas pela necessidade dos latifundiários ou nos moldes da educação urbana.

Nos dias atuais, enfrenta-se um retrocesso nesse processo de lutas e direitos garantidos, com o fechamento de escolas do campo. Dados do INEP indicam que de 1997 a 2018 foram fechadas mais de oitenta mil escolas no território do Campo. Essa transposição de alunos para outras localidades acontece sob a alegação de falta de verba ou de clientela suficiente. Porém o que se vê é uma negação dos direitos dessa população, a desvalorização da cultura de cada comunidade, pois embora estejam ainda no território do campo, cada uma dessas comunidades tem sua história, seus costumes, que acabam sendo desconsiderados e ainda o desgaste que o deslocamento causa a estas crianças.

Partindo deste pressuposto, a temática abordada no presente artigo é resultado da necessidade de se discutir as políticas públicas para a Educação do Campo, partindo do seu processo histórico marcado pela luta dos trabalhadores do Campo, chegando ao cenário atual de retrocesso com o fechamento de escolas campesinas no Brasil, com ênfase no cenário baiano, região de Irecê. De acordo a LDB (Lei nº 9.394/96, a Educação do Campo, conta hoje com amparo legal conforme art. 28) que estabelece o direito da população rural a um sistema de ensino adequado às suas peculiaridades regionais e de vida.

Isso garante o direito dos estudantes que foram retirados da sua comunidade, fazendo transposição para uma escola urbana, o que faz refletir sobre os problemas gerados à população do campo com a retirada dos estudantes de sua comunidade para estudar em escola na cidade. Faz-se necessário refletir as políticas de Educação do Campo dentro do currículo e investigar com os dados coletados.

Esse trabalho, trata-se de um estudo de caso realizado na escola Quilombola do/no campo no município de Irecê, tem como objetivo analisar os aspectos legais que compõem a história da Educação do Campo e os sujeitos envolvidos. Para isso faz-se necessário análise dos documentos normativos da Educação do Campo, tais como: Referencial Curricular, PPP das escolas e Regimento.

A Educação do Campo desse município teve um fortalecimento significativo, a partir do ano de dois mil e dezessete, com o início dos projetos identidade das comunidades que compõe o Campo. Foi inserido nos documentos educacionais, as conquistas e mudanças com esse movimento que trouxe visibilidade para as políticas e valorização dos sujeitos. Dessa forma, com o resgate da cultura e identidade, fluiu um sentimento de pertencimento e fortalecimento das comunidades.

Sabe-se que a Educação do Campo se originou a partir das lutas dos movimentos sociais por uma educação de qualidade e que lhes é de direito. As mudanças de pastas e falta de investimentos por parte dos representantes governamentais, fez com que essa modalidade se enfraquecesse, ocasionando no fechamento de escolas e transportando os sujeitos do seu lugar de origem para outras localidades, tirando-lhes direitos adquiridos e causando muitos transtornos e perdas, principalmente na construção de identidade, tendo a prática educativa distorcida do que realmente esse povo necessita, ou seja, um ensino vinculado às peculiaridades dessas comunidades. Pois segundo Caldart:

A Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas” (CALDART, 2012 p. 259).

Sendo assim, esse artigo está pautado na importância de reconhecimento e cumprimento das políticas públicas da Educação do Campo, suas legislações, e também, sobre a história do povo camponês no contexto da educação, resgatando e percebendo a contribuição desse povo, principalmente, dos movimentos sociais, para o crescimento da Educação do Campo de qualidade em nossas comunidades.

A problematização deste estudo está circunscrita no contexto de fechamento da Escola Quilombola que trouxe vários danos para estudantes e suas famílias, negando direitos do povo do Campo, desvalorizando, descumprindo as políticas públicas

existentes. A escola foi fechada, estudantes foram deslocados da sua comunidade local, fazendo a transposição para escolas de comunidades vizinhas, o descaso com as políticas públicas da educação do Campo tem nos incomodado, diante de acontecimentos no que se refere à perda de direitos dos sujeitos do Campo.

Tem como questão problema discutir quais as consequências do fechamento da Escola Quilombola, pelo não cumprimento das políticas públicas de Educação do Campo em Irecê-Ba? O que se estabeleceu como objetivo geral compreender situações geradas e sua relação com o fechamento da escola quilombola em Irecê-Ba.

Ao refletir a educação no campo a partir da política educacional da Educação do Campo num contexto de fechamento de escolas no campo evidencia a importância de defender e fortalecer as políticas públicas existentes e lutar para que novas sejam criadas.

PROCESSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL

O processo histórico da Educação no Campo do Brasil considerava que os trabalhadores do campo não necessitavam do ensino ofertado na escola. Somente a partir do avanço das práticas agrícolas, e com o êxodo rural, tornou-se necessário que os trabalhadores fossem escolarizados, trazendo a leitura e escrita e a matemática.

Outro fator que fez com que a Educação no Campo fosse cogitada, foi utilizá-la como estratégia para conter a migração rural, a grande oferta de emprego no mercado de trabalho urbano possibilitou que os trabalhadores camponeses migrassem para os centros urbanos, isto foi considerado pelos grupos dominantes como uma ameaça, assim, uniram-se forças em um compromisso com a nova ordem econômica do capital, pensou-se na educação “rural” como um instrumento para manter o homem do campo no campo e, para garantir que a agricultura continuasse crescendo economicamente.

Dentro deste cenário surge o “ruralismo pedagógico” que consistiu em um ensino voltado para os aspectos do campo, tendo suas atividades ligadas ao trabalho camponês, para que assim, as populações desse espaço compreendessem que poderiam retirar seu sustento da terra, não tendo necessidade de abandoná-la para viver nas cidades.

Esses pontos abordados, pelo ruralismo pedagógico veio se perpetuando a partir dos movimentos que ocorreram na década de 1930, com o desejo de

“renovar” a educação, chamado de “escola nova”, esse por sua vez veio com um ideário de que aliando a “prática” e “experiência”, o educando viria ser conduzido a revelar o seu potencial.

Com essa finalidade, foi pensada uma escola que atendesse as especificidades rurais a qual o educando iria aprender ler e escrever e ao mesmo tempo iria entrar em contato com as especificidades do meio, ao qual estava inserido no Campo, com o curso normal rural. (BEZERRA, 2017)

Quando na realidade, a Educação do Campo, defendida pelos movimentos sociais organizados, é processo formativo humanizado e emancipado, pautado na materialidade de vida dos trabalhadores do campo, nas questões do trabalho e da cultura. Por isso, é necessário contextualizar a escola, e não a tomar como objeto de análise isolado. Cabe pensar até que ponto as políticas públicas traduzem essa concepção de Educação do Campo.

FUNDAMENTAÇÃO TEORICA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Nos últimos anos temos nos envolvido em amplas discussões sobre questões relevantes ao campo e à educação realizada nesse contexto, sempre com muita mobilização dos educadores/pesquisadores e dos movimentos sociais do campo, grandes responsáveis por fazer com que muitas propostas político-pedagógicas ganhem corpo nas instâncias públicas, traduzindo-se em princípios e normas orientadoras da organização e funcionamento da educação do campo, que ajudam a compor o quadro das políticas públicas para o Campo.

A luta pela reforma agrária impulsionou a definição de algumas políticas públicas para o campo, e associada em grande medida, a uma política de Educação do Campo. Esta é uma questão importante a ser demarcada para melhor compreendermos a Educação do Campo e seus desafios.

A base dessas reflexões está na compreensão de que o campo é um espaço de disputas, de forças e lutas, como expressão da oposição de classes que o caracteriza. Portanto, o Atlas do Espaço Rural Brasileiro, lançado pelo IBGE (BRASIL, 2012), retrata a complexa realidade territorial do campo brasileiro, pois o processo de modernização da agropecuária incorporou investimentos em capital intelectual, técnicas de irrigação, uso de sementes certificadas e transgênicas, transferências de embriões, entre outros.

Enquanto isso, pequenos proprietários rurais continuam analfabetos ou sabem ler e escrever sem terem frequentado a escola (39% dos que administram diretamente 3,9 milhões de estabelecimentos agropecuários) e 43% não completaram o ensino fundamental. Além disso, não dispõem de tecnologias e técnicas modernas de produção. Observa-se que riqueza e pobreza é síntese de um mesmo processo social, ou da unidade entre campo e cidade, como fruto da desigualdade social que se preserva inabalada diante das políticas públicas.

A violência e a criminalização dos movimentos sociais organizados são evidências das lutas de classes no campo. Do lado do capital, a concentração de terras, a produção de valor, o monopólio da produção por parte de grandes grupos financeiros globalizados. Do lado do trabalho, a exploração, o desemprego e subemprego e algumas formas organizadas de luta e resistência.

As Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo promulgadas em 2002 instituiu a Educação do Campo na legislação educacional brasileira em sua integridade de proposta e com reconhecimento da sua especificidade. O campo nesta legislação passou a existir como espaço de política pública educacional a partir do que define seus sujeitos, essa novidade do povo dizer ao Estado como quer ser educado faz com que se defina a Educação do Campo como um fenômeno na educação brasileira. Estas diretrizes definem a identidade da escola do campo:

[...] pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no País. (BRASIL, 2002, p.37).

O artigo 6º da Resolução 01/2002 determina que o Poder Público proporcione Educação Infantil e Ensino Fundamental nas comunidades rurais e garanta condições necessárias para o acesso ao Ensino Médio e à Educação Profissional de Nível Técnico.

Apesar de ser apontada como um avanço pelo fato de colocar a Educação do Campo na agenda nacional, a Resolução 01/2002 (BRASIL, 2002), reflete as contradições inerentes à política educacional de nosso país, não se configurando, de fato, como algo transformador, tal como almejado pelos movimentos sociais do campo. Os princípios

pedagógicos constantes dessas diretrizes são abertos, embora apresentem certa inflexibilidade no tocante à questão da sustentabilidade, uma vez que praticamente condicionam o funcionamento da escola à proposta de desenvolvimento sustentável para o campo.

FECHAMENTO DE ESCOLAS DO CAMPO

A Escola analisada no campo em Irecê-Bahia está a uma distância de doze quilômetros da sede. A escola foi fundada em 1979 e atualmente, seu nome é em homenagem a um senhor morador da comunidade, que se sensibilizou com o alto índice de analfabetismo e recorreu aos políticos para que fosse construída a primeira sala de aula, o que foi ampliando com o passar dos anos, até que construísse a escola. Como está inserida em uma comunidade Quilombola, passou a se chamar Escola Quilombola, a que atualmente com quase cinco décadas. A mesma cumpre um papel social que vai além da alfabetização.

Desde sua fundação, sua história é marcada pela participação ativa da comunidade na qual está inserida, buscando manter a cultura e identidade local, onde maior parte dos funcionários são filhos da comunidade e também estudaram nela. A mesma recebe crianças da comunidade e também de outras comunidades próximas, funcionando duas turmas multianos da seguinte forma: educação infantil, anos III, IV e V - Infância I, anos I, II e III da infância II e anos I e II da pré-adolescência.

Ao final de dois mil e vinte dois, a comunidade escolar foi surpreendida com o aviso por parte do secretário e parte da equipe pedagógica da secretaria de Educação, sobre o fechamento da escola, com a argumentação do quantitativo de alunos ser baixo e as formas de organização multisseriadas/multianos das turmas estavam ocasionando prejuízo na aprendizagem dos alunos.

Morar e estudar no mesmo local que reside é um privilégio tanto para os alunos, quanto para os familiares, manter suas culturas, amizades, vínculo de afetividade com os colegas e professores, o conforto, tudo isso são benefícios para os alunos que vivem e estudam no mesmo local. O que, com o fechamento da escola provocou impactos socioculturais e econômicos, gerados na vida do povo do campo, pois a comunidade fica

fragilizada, uma vez que, quando isso acontece, “a articulação dos moradores em projetos comuns que assegurem seus direitos fica comprometida”.

A desativação da escola é um retrocesso em meio às conquistas no âmbito educacional, pois cada instituição de ensino a menos, tira-se da população um patrimônio cultural e uma referência local. A comunidade enfraquece, porque não é só ambiente de estudo, mas também onde são discutidos assuntos relativos aos interesses da coletividade da região. Portanto, é ponto de articulação comunitária, além de ser espaço idealizado para a preservação da memória daquele povo.

As crianças perdem a escola que é próxima à sua casa, e são obrigadas a estudar em outras, impedindo o convívio mais próximo que possuíam com os colegas. Outro fator observado, é que essa mudança afeta os pais, pois dificulta a participação deles na vida escolar dos filhos, devido à distância de suas casas, prejudicando o acesso a reuniões de pais e mestres, por exemplo.

Além disso, a falta da escola no povoado modifica a rotina, uma vez que agora os pais passam a se preocupar também com a locomoção de seus filhos, e a dificuldade de frequência deles em reuniões, pois a estrada de acesso à escola urbana, quando chove, fica impossibilitada a passagem, devido ao grande acúmulo de água, o que impacta no acompanhamento da vida estudantil dos seus filhos.

A população se entristece em vê um bem cultural local se fechando/acabando, sem resistir, pois em alguns casos não há aviso prévio e, após o fechamento, é muito difícil conseguir a reabertura. Isso mostra o real sentido da escola numa comunidade, um espaço que vai além do alfabetizar, um espaço que se configura enquanto espaço de vida, de fortalecimento, de vínculos entre a escola, famílias e comunidade. Percebe-se que a justificativa dada pelo gestor municipal é a falta de alunos e a forma de organização das turmas.

No entanto, as pesquisas apontam que ao longo dos últimos anos, é observado o acelerado processo de fechamento das escolas do campo. Quando se compara as regiões brasileiras, os dados apontados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) sinalizam que o fechamento é ainda mais acelerado na região Nordeste, território em que somente no ano de 2019 foram fechadas mais de 29 mil escolas do campo (INEP, 2019). Essa situação se torna ainda mais grave, quando se faz

um paralelo com o analfabetismo na região, que chega a 13,9%, sendo a maior taxa entre as regiões brasileiras (IBGE, 2019).

Esses dados demonstram que existem várias lacunas referentes às políticas públicas voltadas para os sujeitos do campo; percebe-se, assim, que a educação, ainda que seja um direito garantido na Constituição Federal (BRASIL, 1988), não vem se efetivando de forma satisfatória no contexto camponês.

O que se observa é que, ao implementar a política de fechamento das escolas do campo, é reforçada a lógica elitista que relega a Educação do Campo a planos inferiores, a partir da crença de que os camponeses não precisam de estudos, de aprofundamento intelectual (Leite, 1999). Essa lógica é historicamente refletida na precarização das condições de infraestrutura, transporte, materiais didáticos para a educação do campo (Luther, Gerhardt, 2018). Sendo, portanto, o fechamento das escolas a culminância desse projeto de precarização, que aprofunda ainda mais as desigualdades educacionais existentes entre o campo e cidade, levando a uma série de consequências tanto na dimensão social quanto econômica.

Em resposta a essa estratégia de precarização e fechamento das escolas do campo, setores da sociedade civil têm se organizado para denunciar essas ações e, ao mesmo tempo, propor a concretização das políticas voltadas para o fortalecimento da Educação do Campo. Dentre essas articulações, uma das principais foi o movimento nacional por uma educação do campo que surgiu a partir do movimento nacional por uma Educação do Campo, uma articulação de organizações e movimentos sociais que ganha força no final da década de 1990, tendo como principal pauta a luta pela educação do/no campo (Arroyo, Caldart, Molina, 2008).

Apesar de avanços significativos, existem muitos desafios acerca das estruturas que mantêm a lógica de precarização da educação no território camponês, ainda pautada em moldes que cerceiam os direitos dos camponeses a uma educação contextualizada e libertadora. O desmonte de vários direitos dos povos do campo foi uma prática recorrente nos últimos anos. Com o intuito de diminuir o fechamento de escolas do campo, o governo brasileiro criou em 2014 a lei 12.960 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, que determina no Art. 28:

Oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural, (BRASIL, 1996).

A LDB 9394/96, de inspiração liberal, apontou para a educação do campo uma natureza própria, na qual, a vida do campo se fizesse presente em sua diversidade cultural e estabeleceu o respeito às regionalidades e formas de trabalho presente no campo, pois os indivíduos vivem em meio à cotidianidade do presente, cuja existência já se encontra dada e estabelecida historicamente na sociedade. Nela, se tem presente a expressão da garantia de respeito às peculiaridades de trabalho e de vida do campo nas suas múltiplas dimensões e regionalidades e aponta para um currículo, metodologia, organização e calendário escolar adequados a cada situação vivenciada pelos sujeitos em seus respectivos territórios.

Confirmando que o município de Irecê deixa de cumprir o que é de direito, como assegura a LDB nº 9394/96 com o acréscimo do parágrafo único, estabelecendo que para o fechamento das escolas do campo é preciso ter o consentimento da comunidade, um diagnóstico precedido pelo respectivo sistema de ensino, e o consentimento de órgãos normativos, a exemplo do Conselho Municipal de Educação.

É nessa perspectiva que se propõe refletir acerca da situação em questão, a partir da análise do papel organizacional da sociedade civil na luta contra o fechamento das escolas do campo da cidade de Irecê/Ba, onde a partir do ano de 2020, vem ocorrendo o fechamento das escolas do campo, um fator que vem se agravando e enfraquecendo cada vez mais as políticas públicas para essa modalidade de ensino, provocando um certo esvaziamento das comunidades rurais.

No ano de dois mil e vinte e três, com o fechamento da escola, foi feito a transferência de quinze estudantes para uma escola da sede do município, a doze quilômetros de distância do povoado. Esses estudantes variam entre seis a dez anos de idade. Desses, oito pediram transferência para escolas de outro município, o qual fica mais próximo de suas residências.

A dificuldade de adaptação, a jornada ampliada (período de oito horas dentro da escola, com atividades pedagógicas, incluindo ambientes de aprendizagem), e o não cumprimento das propostas e dos benefícios oferecidos na nova instituição. Tais fatores ocasionaram às famílias pedirem transferências dos seus filhos para escolas de outro município vizinho, a exemplo, transferências para a cidade de Presidente Dutra-Bahia. Onde o percurso é menor, de apenas dois quilômetros e meio, e o gestor municipal garantiu o transporte para os alunos com segurança e comodidade.

INCANSÁVEIS LUTAS: ANÁLISE A PARTIR DA METODOLOGIA DE ESTUDO DE CASO

A presente pesquisa é construída a partir da abordagem qualitativa, e de caráter reflexivo, em uma comunidade quilombola, onde a escola é vista como referência, segurança e ponto de apoio para seus filhos, pois perpassa por aspectos subjetivos que não podem ser quantificados, considerando que a significação dos fatos, das emoções dos sujeitos, de seus comportamentos, do seu contexto, dos seus princípios e no que acreditam. É que fez com que fosse estudado esse caso do fechamento da escola do Campo de Irecê, bem como a transferência dos estudantes para outra escola urbana.

Com a escola em funcionamento, as crianças estavam bem mais próximos dos olhos dos familiares, mais perto de casa, agora estão longe. Muitos deles foram separados, e o percurso é muito distante, muito tempo dentro do ônibus até chegar à escola, e na volta, o ônibus passa por vários Bairros entregando alunos, e até chegar nas casas, demora muito. Perde-se muita aula quando chove, quando tinha a escola na comunidade não existia esses problemas.

A Secretaria de Educação de Irecê-Ba fechou o ensino dos anos iniciais, transportando os estudantes para uma escola urbana, quando na política de Educação do Campo, não se podem fechar escolas do Campo. Nesses dois últimos anos, fecharam muitas escolas em diferentes comunidades do Campo em Irecê, nos quais, a escola era a única referência.

Dessa forma, o procedimento: estudo de caso, da Escola Municipal Quilombola, com essa transposição dos estudantes, e análise documental: currículo, PPP, política

pública para a educação do campo, dados obtidos na comunidade e na escola urbana Municipal para onde foram transferidas pelo município.

O município de Irecê perde com isso, pois, perdendo estudantes, para outro município, afeta direto na receita do município em estudo, sem falar que deixa de cumprir as políticas públicas que asseguram esses sujeitos do Campo, pertencentes a uma comunidade quilombola.

Partindo dos dados adquiridos, o desejo é que sejam analisados em sua totalidade, na maioria dos casos, pois o que se valoriza, de fato, é o que o ser humano deve ser considerado em todas as suas dimensões e possibilidades, sobretudo, na valorização da sua cultura e identidade.

O estudo trata-se de uma pesquisa de caráter reflexivo, fazendo análises de documentos normativos sobre as políticas públicas de educação do campo e um olhar da população/famílias, sobre os acontecimentos das perdas de direitos a partir das mudanças.

Os dados documentais apontam que as famílias decidiram retirar os filhos da escola em Irecê para onde foram transferidos após o fechamento da Escola de Campo. Se consideramos o número é pequeno no contexto dos estudantes da rede municipal, porém se considerar a atitude das famílias é preocupante para atender o propósito da educação brasileira conforme se estabelece na constituição.

A decisão das famílias é uma atitude individual, porém ao compreender seus motivos de fazer essa retirada é uma reação política ante os interesses da população do campo. O que reconhecemos nessa reação individual é a permanência de várias atitudes que os moradores do campo tiveram historicamente para ter direito a escola: andavam quilômetros a pé para estudar em escolas na sede porque não tinham em suas comunidades ou mesmo como foi informado na história da criação da Escola estudada, os moradores doavam o terreno, a casa para conseguirem implicar o poder público na construção de escolas no campo para sua população.

A que se refletir se depois de instituída a Educação do Campo na política educacional brasileira porque situações e reações como está ainda se faz realidade? Porque o acesso a educação ainda é tão desfavorável para os moradores do campo? Porque o direito a educação ainda é tão parco para os pobres, do campo, quilombolas? Ou

compreendemos como direito ou muito longe a educação fica de alcançar seus propósitos e mais desigual o Brasil, Irecê se torna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolver esse projeto não foi fácil, quando se trata do fechamento de escolas do Campo. Foram muitas as perguntas, à forma como podemos contribuir para melhorias das políticas públicas e como fazer se cumprir. Essa prática tem revelado descumprimento de direitos aos moradores do campo, desrespeitando as Diretrizes de Educação do Campo que traz perdas de direitos adquiridos a todo instante. Falar do fechamento de uma escola quilombola nos dias atuais é um retrocesso muito grande, por isso faz-se necessário contribuir com a população campesina de Irecê, apresentando uma análise reflexiva sobre esta situação que gerou retirada de estudantes da escola do campo da rede municipal.

Tiveram famílias que tiraram seus filhos da escola da transposição e levaram para outro município vizinho, pois o mesmo ofereceu conforto e transporte em tempo hábil, para pegar e deixar as crianças em casa todos os dias.

A escola é vista como o coração da comunidade, e ver essa escola fechada é muito triste, e o pior é saber que a mesma, não é mais o porto seguro dessa gente. Pois se trata de desvalorização do ser humano, desconsiderados em vários setores da sociedade. Pessoas trabalhadoras que precisam no mínimo garantir qualidade de vida para seus filhos, em estudar e permanecer no seu lugar de pertencimento, valorizar sua cultura, vivenciar seu contexto histórico e familiar.

Defender as políticas públicas é o foco desse trabalho, desenvolver novas com a comunidade é o objetivo principal. Que os movimentos sociais e as lutas continuem para que direitos sejam garantidos e novas conquistas para uma vida melhor para os moradores do Povoado do e de todas as comunidades afetadas com o fechamento das escolas do Campo.

Esperam-se dias melhores e vida digna para esse povo trabalhador e que por muitos anos foram esquecidos e invisíveis por uma sociedade desigual e injusta. Por mais qualidade de vida, por mais políticas públicas, por mais compromisso com a educação, por uma educação do/no Campo com qualidade!

REFERÊNCIAS

ARROIO, M.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Orgs.). **Por uma educação no campo**, Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BENJAMIN, C. CALDART, R. S. **Projeto Popular e Escola do Campo**. Brasília, 1999.

BEZERRA. L. G. RURALISMO PEDAGÓGICO: a construção do ensino rural debate sobre os primeiros anos de funcionamento da escola normal rural de juazeiro do norte. Universidade Estadual do Ceará. p. 02, 2017. Disponível em: https://www.uece.br/eventos/eehce2016/anais/trabalhos_completos/249-40015-30012017-102239.pdf. Acesso em: 03 de dezembro de 2023.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n.º 1**, de 3 de abril de 2002 - Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Disponível em: **Resolução CNE/CEB n.º 1, de 3 de abril de 2002** - Acesso em: 26 de novembro de 2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil_03 / Lei s/L 4024 .htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Lei/L4024.htm) Acesso em: 26 de novembro de 2024.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)**. Censo da Educação Básica 2019: resumo Técnico. Brasília, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 26 de novembro de 2024.

CALDART, R. S. **Educação do campo**. In R. S. CALDART, I. B. PEREIRA, P. ALENTEJANO & G. FRIGOTTO (Orgs.), **Dicionário de educação do campo** (p. 259-267). São Paulo, SP: Expressão Popular. 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1980.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IRECÊ. **Referencial Curricular por Ciclo de Formação Humana** da Rede Municipal de Educação de Irecê. 2020.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

LEITE, 1999

PASINATO. D. A trajetória das escolas rurais no Brasil. **Educación Futura. Pesquisa de Pós-doutorado, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) 26 de janeiro, 2021. Disponível em:** <https://www.educacionfutura.org/a-trajetoria-das-escolas-rurais-no-brasil/#:~:text=Em%20estudo%20sobre%20a%20escola,partir%20da%20d%C3%A9cada%20de%201930>.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed., rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SOBRAL. F. J. Retrospectiva histórica do ensino agrícola no Brasil. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 78–95, 2015. DOI: 10.15628/rbept.2009.2953. Disponível em:** <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2953>. Acesso em: 3 dez. 2023.